

RESUMO - EIXO TEMÁTICO 2 - PAISAGEM CULTURAL: ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO, GESTÃO E PROJETO - MÉTODOS DE LEITURA, IDENTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO DA PAISAGEM / FORMAS DE ACAUTELAMENTO, SALVAGUARDA OU PROTEÇÃO / FORMAS DE INTERVENÇÃO E CONSERVAÇÃO / PLANOS DE GESTÃO / A PERSPECTIVA DA PAISAGEM URBANO-HISTÓRICA (HUL) / APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM / ESTRATÉGIAS NACIONAIS E LOCAIS DE PAISAGEM NA IBERO AMÉRICA / CONHECIMENTOS TRADICIONAIS AGROBIODIVERSIDADE E TERRITÓRIO / SATS E PATRIMÔNIO / CULTURA ALIMENTAR / O PROJETO DA PAISAGEM / CIDADANIA PAISAGÍSTICA / DIREITO À PAISAGEM E DIREITO DE PAISAGEM / POLÍTICA E PAISAGEM / PAISAGEM E DIREITO À CIDADE E AOS TERRITÓRIOS / PAISAGEM COMO RECURSO POLÍTICO, ECONÔMICO E/OU IDENTITÁRIO / PAISAGEM E CONFLITOS.

ESTRATÉGIAS DE LEITURA, SETORIZAÇÃO E PLANEJAMENTO NAS PAISAGENS DA PEDRA BRANCA: CARTOGRAFIA, VISIBILIDADE E EXPERIÊNCIA NO CAMORIM

Mariana Rodrigues De Oliveira (mari.oliveira.ana1705@gmail.com)

A leitura, a representação e a proteção da paisagem são aqui abordadas a partir da articulação entre cartografia, visibilidade e experiência sensível, tendo como recorte empírico o território do bairro do Camorim e sua relação com o Maciço da Pedra Branca, localizados na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Parte-se do entendimento de que a paisagem não se reduz a um objeto visual ou biofísico, mas se constitui como construção cultural, histórica e

perceptiva, resultante da relação entre território e observador, conforme problematizado por autores como Berque (2023) e Besse (2014), assim como das premissas articuladas na Convenção Europeia da Paisagem (2000), onde a paisagem é “elemento-chave do bem-estar individual e social” (p. 1), e a noção clássica de paisagem enquanto recorte estético ou patrimônio excepcional é ampliada, incluindo-se as paisagens da vida cotidiana.

A pesquisa dialoga criticamente com o panorama da legislação urbanística brasileira, evidenciando a ausência de instrumentos voltados diretamente à proteção da visibilidade das montanhas como patrimônio paisagístico. Embora existam dispositivos de proteção ambiental e limites altimétricos, como a limitação construtiva a partir da cota 100 atuante no Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), tais mecanismos não asseguram a permanência das visadas nem a leitura contínua da paisagem montanhosa no cotidiano urbano, ameaçadas por estratégias como a verticalização exacerbada, a flexibilização normativa dos gabaritos e índices urbanísticos e a fragmentação dos instrumentos de planejamento, que dissociam urbanismo, paisagem e meio ambiente. Esses processos produzem barreiras visuais, enfraquecem a relação sensível entre território e observador e confluem no desencantamento progressivo da extraordinariedade do objeto paisagístico no dia a dia.

Como referências metodológicas, o trabalho analisa o London View Management Framework (2012), e os Catálogos de Paisagem da Catalunha. Enquanto o modelo londrino trata a visada como um dispositivo geométrico normativo, ancorado em enquadramentos precisos e pontos fixos de observação, os catálogos catalães propõem uma leitura sistêmica da paisagem, integrando dimensões físicas, históricas, culturais e perceptivas.

A partir dessas referências, propõe-se compreender a visada não como linha rígida ou cone óptico isolado, mas como atravessamento, isto é, como o conjunto de fragmentos de paisagem que se revelam a partir de um determinado ponto de observação e que produzem narrativas possíveis sobre o território. No Camorim, essa abordagem é aprofundada pela utilização da hidrografia, em especial o rio Camorim, como elemento estruturador da leitura espacial, permitindo a identificação de unidades de paisagem que articulam dinâmicas biofísicas, históricas e simbólicas.

O trabalho defende que a articulação entre cartografia técnica e percepção sensível pode constituir uma estratégia potente de planejamento paisagístico, capaz de imbuir o pragmatismo legislativo da experiência cotidiana e dos

saberes coletivos. Ao dialogar com a Convenção Europeia da Paisagem e com os debates sobre direito à paisagem e cidadania paisagística (BARBOSA, 2020), a pesquisa propõe uma metodologia aplicável ao contexto brasileiro, orientada não apenas à salvaguarda formal, mas ao reconhecimento da paisagem como bem comum, experiência vivida e campo de disputas territoriais.

Palavras-chave: patrimônio paisagístico; planejamento urbano; visibilidade; leitura e representação da paisagem; maciço da pedra branca.